

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.339 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2001

Ajuste fiscal será negociado com o Congresso, afirmam ministros

Em audiência pública na CAE, Pedro Malan diz que acordo com o FMI apenas prevê metas, sem especificar os cortes a serem feitos, e Martus Tavares assegura que a redução de despesas será amplamente discutida com o Legislativo



Fraga e Malan (ao centro) foram recebidos, antes da audiência pública, pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão (D), e pelo senador Carlos Bezerra (E)

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, explicaram ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os efeitos do ajuste fiscal dele decorrente. A audiência durou seis horas e os ministros, questionados pelos senadores, garantiram que os cortes necessários para cumprir as metas do acordo serão amplamente negociados com o Congresso Nacional durante a discussão do orçamento.

PÁGINAS 3 A 5



Lobão e Lúcio Alcântara (centro) com os integrantes da equipe econômica do governo, durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

Senado vota restrição a medidas provisórias

PÁGINA 2

Carteira de trabalho não poderá ter anotação desabonadora

PÁGINA 7

Parlamentares debatem energias alternativas

PÁGINA 8

Subcomissão estuda reajuste dos servidores

A Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem criar uma subcomissão encarregada de identificar fontes de recursos que propiciem reajuste para o funcionalismo público federal no próximo ano.

PÁGINA 8



CMO, presidida por Carlos Bezerra, aprovou proposta de Romero Jucá para estudar aumento dos servidores

Senado vota hoje restrição a medidas provisórias

Texto aprovado pela Câmara dos Deputados prevê que as MPs terão validade de 60 dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo. Caso não sejam examinadas nesse período, perderão a eficácia desde sua edição

Definida pelo relator, o senador Osmar Dias (sem partido-PR), como a mais importante matéria sob exame do Senado, a proposta de emenda à Constituição que limita o poder presidencial de editar medidas provisórias deve ser votada hoje em Plenário. Conforme Osmar Dias, limitar o uso dessas medidas é um passo imprescindível na recuperação do prestígio do Legislativo.

O texto a ser votado estabelece que as MPs terão validade de 60 dias e, caso Câmara e Senado não encerrem a votação até o 60º dia de sua edição, ganharão outros 60 dias de vigência, com prioridade sobre outras matérias sujeitas a discussão. Se ao final de 120 dias a votação não tiver sido concluída, a MP perderá eficácia desde a sua edição.

Também hoje, o Senado vota proposta de emenda constitucional do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destinada a acabar com dispositivos que transferem para os estados consumidores a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a venda de petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica. Melo argumenta que a não-incidência de ICMS sobre essas operações não beneficia os usuários dos produtos e pune o estado produtor.

O Plenário decide ainda sobre PEC do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados no país votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. Também de Álvaro Dias, será votada proposta que possibilita o preenchimento das vagas de conselheiros dos tribunais de contas por concurso público.



Projeto de Geraldo Melo também poderá ser votado hoje



QUARTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa); votação, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do artigo 14 da Constituição federal (direito ao estrangeiro de participar da vida política do município domiciliado); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o artigo da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 30/01, altera a redação do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre o pagamento de verbas rescisórias de juízo; PLC nº 33/01, dispõe sobre o uso do bromato de potássio na farinha e nos produtos de panificação; e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária.

19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos e de seus componentes afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nºs 287 e 569, de 1999, dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; e determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos; PLS nºs 149 e 320, de 1999, o Aeroporto Internacional Presidente Médici passa a se chamar Aeroporto Internacional Chico Mendes; denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nº 65/00, acrescenta dispositivo à Lei nº 65/00, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros, para determinar que os medicamentos em comprimidos e cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade necessária para atender à prescrição contida na receita aviada; PLS nº 231/00, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde

para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças; e PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 158/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de Plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLC nº 32/01, dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias; PLC nº 90/00, altera o artigo 22 da Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificação e as incorporações imobiliárias (mandato de síndico); PLC nº 99/00, acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457/92, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares; PLC nº 102/00, altera dispositivos da Lei nº 8.457/92, alterando critérios para composição do Conselho Especial e Permanente da Justiça Militar, buscando uma flexibilidade maior para as substituições de juizes militares que o integram, nos casos de imperativa necessidade de serviço; PLC nº 107/00, extingue a 5ª e a 6ª auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da magistratura e do quadro permanente das auditorias da Justiça Militar da União; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera o Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de sequestro; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento

de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judicial transitada em julgado (precatório); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afixação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais; PLS nº 352/99, acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III da Constituição federal; e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão mista destinada a examinar e emitir relatório sobre o Veto nº 19 (total), aposto ao PLS nº 166/98, que altera a Lei nº 9.691/98, que altera a tabela de valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95, e dispõe sobre as taxas de fiscalização, de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativas.

Pauta: instalação da comissão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Convidados: deputados Antonio Kandr (PSDB-SP) e Emerson Kapaz (PPS-SP). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversos nº 48/97, encaminha ao Senado relatório das atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao 2º trimestre de 1997; e apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que, sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Acordo com FMI

Durante seis horas, senadores questionaram os ministros Pedro Malan e Martus Tavares e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre os efeitos que o acordo com o FMI e o ajuste fiscal nele previsto terão em gastos na área social, nos investimentos no setor elétrico, nas aposentadorias e no aumento do salário mínimo e da remuneração dos servidores.

Ajuste fiscal será discutido com o Congresso

Em reunião que durou seis horas, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cobraram do ministro da Fazenda, Pedro Malan, do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e do presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, detalhes sobre os efeitos que o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o ajuste fiscal nele previsto terão em gastos na área social, nos investimentos das estatais do setor elétrico, nas aposentadorias do setor público e no aumento do salário mínimo e dos servidores públicos.

Apesar das explicações dos representantes do governo federal de que o socorro do FMI pode representar a manutenção do crescimento econômico e a redução da inflação, senadores da oposição criticaram a interferência do Fundo na política econô-

mica nacional e nos investimentos previstos no Orçamento.

Segundo Malan, o acordo com o FMI prevê apenas metas fiscais e inflacionárias que devem ser atingidas (*veja matéria*), sem definir quais cortes devem ser feitos para que o superávit primário de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) seja atingido. Malan negou com veemência que a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras esteja nos planos do governo ou que seja uma imposição do FMI.

Martus Tavares garantiu que o ajuste fiscal necessário será amplamente negociado com o Congresso Nacional, na discussão do projeto de lei orçamentária, que tramita na Comissão Mista de Orçamento. Ele negou ainda que o governo esteja pretendendo aumentar a carga tributária para alcançar as metas estabelecidas no acordo com o Fundo.



Lúcio Alcântara presidiu reunião em que membros da CAE cobraram explicações das autoridades da área econômica

Lobão recebe ministros e o presidente do Banco Central

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu ontem a visita dos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Participaram do encontro o primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), o deputado Ricardo Barros (PPB-PR) e o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia.

Em seguida, Lobão acompanhou os visitantes da sala de autoridades da presidência

até o plenário da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde eram aguardados para a realização de audiência pública sobre o acordo firmado entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI).



Edison Lobão acompanhou ministros até a sala da comissão

Malan destaca caráter preventivo

É “simples, plausível e defensável” o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no último dia 3, que disponibiliza US\$ 15 bilhões ao Brasil, segundo afirmou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan. O ministro explicou que, diante do contexto internacional, o acordo tem caráter preventivo e o Brasil poderá ou não utilizar os recursos do Fundo.

De acordo com Malan, o FMI utilizou critérios de desempenho para negociar o acordo, que tem prazo de quatro anos, com dois anos de carência, e taxa de juros que variam de 4,09% a 5%, caso o governo decida utilizar o crédito. O ministro disse que o acordo foi negociado em apenas duas semanas, “tempo recorde”, graças à credibilidade internacional que o país alcançou. Ele informou que a documentação relativa ao acordo está sendo preparada e, assim que estiver completa, será remetida ao Senado.

Malan afirmou que a queda no crescimento econômico dos Estados Unidos, da União Européia e do Japão, além de outros países exportadores, somada à crise de

energia elétrica interna, fez o governo brasileiro reavaliar a intenção de não renovar o acordo firmado com o Fundo em 1998 e que terminaria no final deste ano. Segundo Malan, as reservas brasileiras em dólar somam US\$ 35 bilhões, mas apenas US\$ 20 bilhões estão disponíveis para utilização do Banco Central. Os US\$ 15 bilhões adicionais poderão ser utilizados pelo BC para conter ataques especulativos e manter a estabilidade do real.

O ministro comentou o aumento da dívida do setor público, a partir de dados apresentados pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) segundo os quais o endividamento saltou de R\$ 208 bilhões para R\$ 619 bilhões durante o governo Fernando Henrique. Malan disse que a expansão se deve ao reconhecimento de dívidas de governos passados e à renegociação dos débitos dos es-

tados e municípios.

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, disse que o superávit primário de 3,5% em 2002, previsto no acordo, será conseguido sem aumento da carga tributária.

— Estamos fazendo tudo com base na contenção de gastos, maior disciplina fiscal, que não vem descasada de compromissos na área social. Este é o objetivo do ajuste — afirmou.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse que o acordo com o Fun-

do é o instrumento propício para que, passado o momento de crise, o Brasil possa retomar uma trajetória de desenvolvimento.

— Um país que se vê confrontado com crise em país vizinho, desaceleração da economia global, crise de energia e incertezas na área política e ainda assim aponta para trajetória de crescimento irá certamente deslanchar em momento mais favorável — disse Fraga.



Malan: documentação sobre o acordo será enviada logo ao Senado

Acordo com FMI

A meta de superávit primário de 3,5% do PIB, prevista nas negociações com o Fundo Monetário Internacional, dominou boa parte da audiência pública que reuniu ontem na CAE os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. Pedro Malan garantiu que encaminhará todo o teor do acordo ao Senado.



Heloísa Helena, Ademir Andrade e Pedro Simon cobraram maior participação do Congresso na discussão sobre o empréstimo. Jefferson Péres e Paulo Hartung defenderam o acordo

Senadores temem que busca do superávit reduza gastos sociais

Senadores cobraram dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, além do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, maiores detalhes do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo foi debatido ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) temem que a necessidade de obtenção de superávit primário de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), previsto no acordo, justifique o corte de gastos nas áreas sociais e a taxa-ção previdenciária dos servidores inativos.

Heloísa Helena argumentou que o acordo é um instrumento contratual que inclui operação de crédito, com garantia de palavra dada pelo presidente da República, portanto, necessita da participação do Parlamento. “Se o Senado se respeitasse, tinha a obrigação de fazer parte desse debate”, afirmou a senadora.

Malan respondeu que, ao firmar acordo com o FMI, os países, na verdade, assinam um mecanismo de compra e recompra de moeda. Além disso, sustentou, nenhum acordo do Fundo foi submetido formalmente a qualquer parlamento. “Mas vamos encaminhar todo o teor da negociação

ao Senado”, garantiu.

A senadora Heloísa Helena disse que o governo omite as condições do acordo, informações que ela considera fundamentais. “O governo trabalha a partir do pressuposto de que o acordo já está firmado, segundo informações da página do FMI”, disse. Para a senadora, é preciso saber de que forma o governo conseguirá atingir a meta de superávit primário. “Queremos saber se haverá contingenciamento das despesas, cortes nas políticas sociais, continuidade do processo de privatização e corte nos investimentos em energia elétrica.”

Pedro Simon também reclamou da falta de debate do tema com o Congresso. “O governo precisa

discutir os rumos do país com as lideranças políticas. O Plano Real foi construído com diálogo e votado no Congresso”, exemplificou.

Apresentando dados sobre a evolução da economia brasileira durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, Ademir Andrade disse que a dívida do setor público saltou de 29,2% do PIB, em 1994, para 51,3%, em julho deste ano. “A dívida gera um comprometimento de R\$ 140 bilhões ao ano, o que significa R\$ 11 bilhões ao mês. A dívida em relação à receita líquida do governo em 2001 deve ser de R\$ 216 bilhões, e se 20% de tudo o que se arrecada é para gerar o superávit, resta pouco para investimentos no

país”, detalhou o senador.

Ademir Andrade também entende que o Legislativo não tem sido ouvido sobre os rumos da economia. “O Congresso foi convencido da necessidade de um superávit de R\$ 31 bilhões, quando o PMDB e o PFL defendiam uma meta de R\$ 24 bilhões. Mas o acordo determina 3,5%, o que representa R\$ 46 bilhões”, afirmou Ademir Andrade, que teme cortes na área social para que o governo cumpra a meta.

Apesar de serem membros do Bloco Oposição, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Paulo Hartung (PPS-ES) defenderam o acordo com o FMI. Segundo disseram, a medida era necessária para evitar que crises do capitalismo mundial contaminem a economia brasileira. Ainda assim, os senadores entendem que o governo deve tomar medidas de caráter estrutural. “Nesses anos, faltaram políticas públicas para incrementar setores como o turismo, a construção naval e a indústria de componentes eletrônicos, o que acarretou um buraco em nossas contas externas”, disse Jefferson Péres.

— Estamos precisando olhar para dentro da economia brasileira e ver os pontos frágeis que ainda precisamos corrigir. Temos tarefas inadiáveis. Fizemos reformas importantes e deixamos de fazer outras — comentou Hartung.

Alcântara quer ampliar debate

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sugeriu a ampliação do debate político no país, com vistas à fixação de macrometas nacionais, que serviriam de parâmetros mínimos para os programas de governo dos diversos partidos. “É preciso maturidade para isso, liderança e vontade de fazer”, disse Alcântara. As metas não seriam apenas econômicas, mas também nas áreas sociais, afirmou.



Para Lúcio Alcântara, macrometas nacionais devem ter mais discussão

Malan diz que não sabia da ajuda ao Marka

Em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro Pedro Malan negou que tenha sido informado antecipadamente sobre a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam realizada pelo Banco Central em janeiro de 1999, logo após a mudança no regime cambial brasileiro.

Suplicy abordou o assunto durante a audiência pública em que o Senado discutiu com a equipe econômica os termos do acordo financeiro firmado com o Fundo Monetário Internacional.

O senador frisou que a participação do ministro no episódio de socorro aos bancos voltou a ser posta em dúvida por conta de entrevista do ex-presidente do BC Francisco Lopes, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*.



Suplicy: participação de Malan no socorro voltou a ser cogitada após entrevista de Francisco Lopes

Acordo com FMI

O comprometimento de demandas sociais como o reajuste dos servidores e do salário mínimo e a manutenção do benefício dos aposentados foi uma das principais preocupações manifestadas pelos senadores. Martus Tavares deixou claro que não há recursos para tudo: “A soma das demandas é infinitas vezes maior que os recursos de que dispomos”.

Salários dos servidores provocam debate

A ameaça de que o atendimento de demandas sociais como o aumento do salário dos servidores públicos e do salário mínimo e a manutenção do benefício dos aposentados seja comprometido pelo ajuste fiscal acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI)



Para Martus Tavares, “não há mágica possível, há escolhas”

preocupou os senadores José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

Em resposta, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, afirmou que os cortes de gastos públicos para que o superávit primário de 3,5% do Produto Interno Bruto seja alcançado serão negociados no Congresso durante a discussão do projeto de lei orçamentária, em tramitação na Comissão Mista de Orçamento.

– Só existe um caixa composto pelo quanto a sociedade está disposta a entregar ao Estado em forma de impostos para receber de volta na forma de prestação

de serviços. O reajuste dos servidores, do salário mínimo, os investimentos em saúde, educação, transportes, meio ambiente são gastos que competem entre si. Não há mágica possível. O que há são escolhas. A soma das demandas é infinitas vezes maior que os

recursos de que dispomos – disse, ressaltando que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o salário do funcionalismo público deve ser reajustado terá que ser cumprida.

Martus esclareceu ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso no semestre passado é específica quanto ao salário mínimo, que deve ter reajuste que contemple a variação nominal que reponha o poder de compra. Ganhos reais, afirmou, devem ser decididos se houver uma fonte de recursos definidos.

INATIVOS

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, pediu que o Congresso



José Agripino, Ney Suassuna e Bernardo Cabral manifestaram preocupação com o atendimento de demandas sociais



volte a debater a cobrança de contribuição dos aposentados do setor público, ao informar que o déficit da Previdência Social com o pagamento dos benefícios aos servidores inativos federais e estaduais chega a R\$ 40 bilhões.

– Deveríamos aprofundar essa discussão. Não podemos fingir que esse problema não existe. Ele é grave e crescente – afirmou Malan, ao ressaltar que o pagamento dos 2 milhões de servidores inativos depende de recursos fiscais retirados de outros setores.

O ministro do Planejamento

acrescentou que a matéria vem sendo discutida na Câmara dos Deputados para que a Constituição possibilite a cobrança dos inativos, já que o STF decidiu que o texto constitucional impede a contribuição.

– Não estamos insistindo em um tema sobre o qual o Congresso já disse não várias vezes. Estamos tentando superar um problema constitucional colocado pelo Supremo, motivo pelo qual o governo federal não pode fazer a cobrança e pelo qual 17 estados que faziam a cobrança tiveram que

deixar de fazê-lo. Se não reduzirmos o déficit da Previdência pública, teremos que buscar a redução de despesas. É a aritmética dramática que se coloca na questão do Orçamento – afirmou Martus Tavares.

A José Agripino, Martus ponderou que o ajuste fiscal deve ser atingido apenas com maior disciplina e rigor na cobrança de impostos. Segundo ele, o governo não pretende “passar por cima do Congresso”, mas rever, em conjunto, as metas de superávit primário definidas para a União, as estatais e os estados.

Dutra rebate críticas de Malan ao PT

Durante a audiência pública em que o Senado discutiu o acordo firmado pelo governo com o FMI, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) rebateu críticas ao Partido dos Trabalhadores manifestadas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

“Malan está ficando cada vez mais político. Acaba incentivando especulações sobre uma possível candidatura”, provocou Dutra. E completou: “O ministro é o candidato dos sonhos do presidente Fernando Henrique Cardoso e da elite brasileira”.

Dutra afirmou que Malan tirou do contexto frases e palavras da página do PT na Internet e de lideranças do partido com a finalidade de gerar constrangimentos. Acrescentou que muitas das críticas feitas pelo ministro dizem respeito a opiniões manifestadas também pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),



Dutra diz que Malan “acaba incentivando especulações sobre uma possível candidatura”

mas, observou, “fica feio para um candidato bater na Igreja”.

JUROS

O senador José Alencar (PMDB-MG) pediu, durante a audiência pública, a redução das taxas de juros e a retomada do desenvolvimento econômico. Ele enfatizou que nunca a história nacional re-

gistou uma transferência de renda tão grande dos setores produtivos para o sistema financeiro.

Já o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) perguntou a Malan se o empréstimo seria suficiente para o país enfrentar turbulências causadas tanto pela crise na Argentina quanto pela crise energética. O ministro disse que a “invulnerabilidade” não está garantida, mas que os recursos fortalecem o Brasil diante dos problemas econômicos internos e externos.

Último senador a falar durante a audiência, Sérgio Machado (PSDB-CE), líder de seu partido no Senado, manifestou preocupação com os efeitos do ajuste fiscal sobre a população de baixa renda. Ele também comentou a questão do endividamento público e elogiou a atuação do governo nessa área, por ter conseguido alongar o prazo de pagamento.

O QUE ELES DISSERAM

■ Fimar um acordo em dois meses é algo inédito na história do FMI para países que não estão em crise.

Pedro Malan

■ Faremos este esforço (ajuste fiscal) sem aumentar a carga tributária. Tudo será feito com base na contenção de gastos, maior disciplina fiscal, que não vem descasada de compromissos na área social.

Martus Tavares

■ Um país que se vê confrontado com crise em um país vizinho, desaceleração da economia global, crise de energia e incertezas na área política, e ainda assim aponta para trajetória de crescimento, irá certamente deslanchar em momento mais favorável. E o acordo é o instrumento propício para isso.

Armínio Fraga

■ Será que mais uma vez o servidor público vai ser convocado a pagar a conta?

Bernardo Cabral

■ O Congresso Nacional tem sido um

parceiro do governo, inclusive na dor.

José Agripino

■ O FMI oscila entre a posição de parasita e de sáprito da humanidade. Age a serviço dos interesses dos credores internacionais.

Heloísa Helena

■ Malan é o candidato dos sonhos do presidente Fernando Henrique e de parcela da elite brasileira.

José Eduardo Dutra

■ Jamais acalentei qualquer sonho ou projeto político pessoal. Nunca fui, não sou nem serei candidato; há um ano e meio digo isso.

Pedro Malan

■ O pagamento da dívida externa está acima de qualquer coisa, inclusive dos interesses do povo brasileiro.

Ademir Andrade

■ Não conheço nenhuma pessoa física ou jurídica que empreste dinheiro sem fazer exigências. É claro que tem que fazer exigência!

Leomar Quintanilha



Conforme parecer da CAE, país deverá perdoar 67% de débito contraído pela Zâmbia junto ao antigo Finex

Perdão do Brasil a dívida da Zâmbia passa na CAE

Medida, que ainda depende de votação em Plenário, foi proposta pelo governo e faz parte de acordo firmado no âmbito do Clube de Paris

O Brasil, como país credor, deverá perdoar 67% de débito contraído pela República da Zâmbia, originalmente de US\$ 24,1 milhões, junto ao antigo Finex e operado pelo Banco do Brasil.

O parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável à mensagem do presidente da República pedindo autorização do Senado para conceder o perdão parcial ao país africano foi aprovado, ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Pela nova planilha da dívida reestruturada, o Brasil vai receber US\$ 14,127 milhões até 2033. Os recursos foram utilizados pela Zâmbia basicamente no pagamento de projetos de construção de estradas naquele país, em licitações ganhas por empresas brasileiras. A reestruturação e o perdão parcial da dívida fazem parte de acordo firmado por credores daquele país, no âmbito do Clube de Paris, onde o Brasil tem atuado como país credor e também como devedor.

O acordo (Agreed minute on the consolidation of the debt of The Republic of Zambia) somente foi firmado após o país africano fazer entendimentos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), comprometendo-se a ajustar as contas públicas do país e a promover algumas privatizações.

Segundo o parecer do senador Suplicy, em 1999 o Produto Interno Bruto (PIB) da Zâmbia foi de apenas US\$ 3,2 bilhões, contra uma dívida externa muito superior, de US\$ 5,2 bilhões, equivalente a 7 vezes e meia o total das exportações daquele país, que detém uma renda per capita de US\$ 330 dólares.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu a reestruturação do crédito brasileiro com Zâmbia, a exemplo do que foi feito com vários outros créditos mantidos com países africanos, entre eles, Angola. A reestruturação, disse ele, vai inclusive contribuir para melhorar a forma de o Brasil ser visto pelos auditores internacionais, que costumam dar valor aos

países que sabem organizar seus créditos, de modo a poder recebê-los, no futuro.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que esse crédito com a Zâmbia foi produto de uma época em que o Brasil decidiu ocupar comercialmente a África, mas sem ter muito cuidado para com as garantias dos financiamentos concedidos.

GÁS

Ao final da reunião, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) renovou o seu apelo aos demais membros da CAE para que não posterguem mais a votação do projeto de lei que obriga as companhias distribuidoras de gás de cozinha a fazerem reparos nos seus botijões a cada cinco anos. Saturnino disse que, na última segunda-feira, houve no Rio de Janeiro um novo acidente doméstico, com morte, envolvendo botijões de gás. O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), prometeu colocar o assunto em pauta na próxima reunião.

Aprovada indicação para conselheiro do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o advogado Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer, por dois anos, o cargo de conselheiro junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Na exposição que fez antes de ser sabatinado pelos senadores, Roberto Pfeiffer disse que o Cade é imprescindível na prevenção e punição de abusos contra a ordem econômica. Em última instância, concluiu, o cumprimento de normas que garantem a concorrência efetiva entre as empresas fortalece a cidadania e protege os interesses dos consumidores.

Ao responder a uma questão levantada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), Roberto Pfeiffer defendeu um combate "mais enfático" às condutas típicas de cartel (quando as empresas se unem para ditar preços). Ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ele disse considerar mais salutar a prevenção do que a punição de abusos ou delitos cometidos por empresas.

Para o senador Lauro Campos (PDT-DF), órgãos como o Cade são completamente inócuos e não deveriam existir, já que, no seu entendimento, a natureza do capitalismo é mesmo a de acumular e de concentrar

a renda, favorecendo o monopólio e a cartelização. Como exemplo, ele disse que, atualmente, apenas 380 pessoas no mundo detêm renda equivalente à de 2,8 bilhões de pessoas. Segundo o senador, qualquer meio de contenção do processo de acumulação capitalista será completamente inútil. Ele comparou o trabalho feito pelo Cade à tentativa de evitar a explosão de um dique colocando os dedos nos furos por onde a água começa a vaziar. "Se vocês querem lutar contra a concentração, lutem contra o capitalismo concentrador", recomendou ao futuro conselheiro do Cade.

O Cade é imprescindível na prevenção e punição de abusos contra ordem econômica, afirma o advogado Roberto Pfeiffer

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) mostrou preocupação com a morosidade do julgamento de processos no Cade, e o senador Osmar Dias (sem partido-PR), re-

portou-se aos abusos cometidos por administradoras de cartões de crédito. Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou as práticas dos setores de aviação e de medicamentos. Conforme disse, apesar de os preços das matérias-primas terem caído de US\$ 3.800 para US\$ 900 dólares o quilo, no ano passado, os preços dos remédios continuaram subindo no Brasil. O futuro conselheiro do Cade, em resposta, afirmou que o órgão também está preocupado com esses setores, e discordou de Lauro Campos quanto à inutilidade do órgão.

Clube de Paris tem tradição de socorro a países

O Clube de Paris, criado em 1956, é a instância tradicional de renegociação da dívida externa com as agências governamentais. Sem possuir regras formais ou membros fixos, reúne representantes de governos que aceitam suas normas e procedimentos estabelecidos informalmente ao longo do tempo. Presidido por um membro do Tesouro francês, o Clube se reúne a pedido do país devedor. Reconhecidas as dificuldades financeiras do devedor, negociam-se, então, os termos gerais de reestruturação das obrigações referentes a determinado período.

Esses termos – consolidados em um documento preliminar (Agreed minute) – definem a dívida afetada pela negociação, o período de consolidação, os prazos de reescalonamento e certas condições que tornam a reestruturação efetiva. Acordos bilaterais posteriores entre as agências governamentais e o país devedor, que constituem efetivamente a base jurídica da negociação, fixam as taxas de juros, a

redenominação da moeda dos vencimentos refinanciados, se for o caso, e as demais condições.

Dois tipos de empréstimos são incluídos na renegociação da dívida externa no âmbito do Clube de Paris: aqueles concedidos diretamente por agências governamentais e aqueles, com garantia de agências, concedidos por fornecedores (suppliers credits) ou por bancos comerciais (buyers credits) a importadores do país devedor.

No caso da Zâmbia, a pedido do governo daquele país, os seus credores, reunidos no Clube de Paris, decidiram reestruturar seus débitos, incluindo um perdão de 67% do valor devido. Outros países africanos têm também conseguido benefícios naquele organismo. O Brasil também já foi beneficiado diversas vezes por decisões do Clube de Paris, a principal delas, em 1983, após a crise da dívida externa brasileira, de 1982. O débito reescalonado, então, em favor do Brasil, era de US\$ 2,2 bilhões.

Lúcio Alcântara (D), presidente da CAE, ouve a exposição de Pfeiffer



Uso do FGTS para casa própria pode ser ampliado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje projeto que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento da casa própria adquirida por intermédio de financiamento concedido por entidade fechada de previdência complementar. O relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), é favorável à aprovação do projeto.

Waldeck Ornélas lembra que, atualmente, a utilização do FGTS para aquisição da casa própria só pode ser feita no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação ou por meio de operações financeáveis nas condições vigentes para esse sistema.

Audiência pública debate mudanças na Lei das S.A.

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos realizam hoje, às 11h30, audiência pública conjunta para debater o projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas. A proposta tramita nas duas comissões e são relatadas pelos senadores José Agripino (PFL-RN), na CCJ, e Pedro Piva (PSDB-SP), na CAE. Participarão do debate os deputados Antonio Kandir (PSDB-SP), ex-ministro do Planejamento, e Emerson Kapaz (PPS-SP), ex-presidente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

O projeto define os direitos dos acionistas minoritários na venda de ações.

Comissão discute desapropriação sumária de terra

Em reunião às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta de emenda à Constituição (PEC) segundo a qual a exploração de trabalho escravo passa a ser nova hipótese capaz de desencadear a expropriação sumária da terra para fins de reforma agrária. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) emitiu parecer favorável à proposta, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Também está na pauta da comissão PEC, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que reduz de oito para quatro anos os mandatos dos senadores e estabelece a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente da República, vice-presidente e senador.

Anotação desabonadora na carteira de trabalho é proibida

O projeto que estabelece a restrição foi aprovado ontem pelo Senado e será agora enviado para sanção do presidente da República

O Senado aprovou ontem projeto oriundo da Câmara dos Deputados que proíbe ao empregador lançar anotações desabonadoras na carteira de trabalho dos empregados.

Relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) emitiu parecer favorável ao projeto. Ela argumenta que as anotações desabonadoras causariam dificuldade “para distinguir as observações justas e objetivas das subjetivas ou inverídicas”.



Relatora, Maria do Carmo Alves emitiu parecer favorável à proposta

Ela também afirmou que lei trabalhista anterior impedia as anotações.

Com a aprovação do texto, o projeto vai agora à sanção do presidente da República.

Aprovada realização de plebiscito sobre a criação do território do Oiapoque

Só depende agora da Câmara dos Deputados a autorização para que o Amapá realize plebiscito consultando a população sobre a transformação do município do Oiapoque em território. O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autorizando a realização da consulta.

De acordo com o projeto, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá realizará em todo o estado, na primeira eleição subsequente à publicação do decreto, plebiscito a respeito do desmembramen-

to daquela parte do estado.

Antes da votação, o Plenário realizou intenso debate da matéria. O primeiro a falar foi Sebastião Rocha, que defendeu a iniciativa dizendo que, ao contrário do que faz a França em relação à Guiana Francesa, o Brasil não dá a devida importância ao Oiapoque, situado na fronteira com aquele país. “Eu gostaria de ver o Oiapoque como referência estratégica e sócio-econômica do Brasil”, disse ele.

Apesar de votar a favor do projeto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) se disse resis-

te a divisões territoriais. Ele afirmou que só se deve criar um novo estado ou território quando há condições econômicas para a decisão, pois considera um contra-senso “jogar essa conta nas costas da União”.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a utilização de recursos da União numa área de fronteira como a de Oiapoque. Ele argumentou que não há condições de a região manter-se economicamente sozinha, e sustentou que o país não pode desconsiderar sua importância estratégica.

Plenário acata dados contábeis sobre o FCO

O Senado aprovou ontem parecer da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) sobre as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Banco do Brasil.

Entendendo que a CFC não tinha competência terminativa sobre a matéria, o senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou parecer re-



Bello Parga: Comissão de Orçamento deve analisar demonstrações

conhecendo o conteúdo das demonstrações contábeis e propondo que a matéria fosse enviada ao Plenário.

No parecer, Parga também propôs que as futuras demonstrações contábeis dos fundos constitucionais sejam encaminhadas ao Congresso,

para serem avaliadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Pontes quer mais recursos para transporte escolar

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) elogiou iniciativa do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que melhora o Programa Nacional de Transporte Escolar. Resolução do ministro, informou o senador, permite que prefeituras e organizações não-governamentais possam solicitar ao ministério assistência financeira para viabilizar o transporte de alunos matriculados em escolas públicas do ensino fundamental.

Pontes explicou que, embora o ministério deva investir este ano R\$ 50 milhões na compra de veículos, os recursos não resolverão o problema “na amplitude desejada”.

Congresso vota cinco medidas provisórias

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 19h, para votar cinco medidas provisórias. Entre as MPs está a que permite o aumento das anuidades escolares de modo proporcional à variação dos custos de manutenção e de pagamento de pessoal.

Os líderes partidários decidiram também deliberar sobre a medida provisória que autoriza a criação de mecanismo de compensação para manter os preços constantes para o gás natural. Outra MP incluída na pauta retira o pagamento em cascata das Contribuições para a Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) incidentes sobre produtos destinados à exportação.

Senadores e deputados votarão ainda a MP que abre crédito extraordinário para o Ministério de Minas e Energia no valor de R\$ 35,6 milhões, que serão destinados a atender despesas urgentes decorrentes da crise energética, além da medida que cria nova modalidade de licitação para a União adquirir bens e serviços comuns, denominada “pregão”.

Comissão será instalada para analisar veto

Será instalada hoje comissão mista que vai analisar o veto presidencial ao projeto de lei, de autoria da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que reduz os valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação para as emissoras de rádio e TV educativas.

Os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Osmar Dias (sem partido-PR) devem integrar o colegiado criado para discutir o veto presidencial. Os parlamentares emitirão parecer em dois dias.

O veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, e só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e dos deputados, em escrutínio secreto.

Para vetar o projeto, o presidente da República alegou inconstitucionalidade.

De acordo com a análise do Ministério da Fazenda, a matéria só poderia ser tratada em lei complementar.

Comissão mista discute energias alternativas

O relator, senador Paulo Souto, disse que vai sugerir ao governo a implantação de uma política definitiva para o setor

As formas alternativas de geração de energia são conhecidas, mas não tiveram no Brasil o desenvolvimento merecido, afirmou o senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da comissão mista que estuda as causas da crise de abastecimento de energia. A constatação foi feita durante audiência pública realizada ontem, em que foram debatidas as formas alternativas de produção de energia elétrica.

Paulo Souto reconheceu que as situações de emergência sempre trazem alternativas à tona, mas é preciso, a seu ver, "evitar tratar o assunto apenas em momentos de crise".

O relator adiantou que apresentará em seu relatório sugestões para que o governo possa estabelecer uma política definitiva para o setor de energias alternativas. Já o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) destacou que, devido à insistência com que as formas alternativas de geração elétrica são consideradas ca-



ras e inviáveis, nunca se investiu nelas a ponto de barateá-las.

O primeiro expositor, Luis Otávio Koblitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco, sugeriu como principal solução a cogeração, ou seja, a geração simultânea de energia e calor. Essa modalidade, que pode ser, por exemplo, o uso de biomassa, é prática para indústrias, *shoppings* e hotéis.

O diretor da Brasil Energias Solar e Eólica, Armando Abreu, defendeu o uso da energia dos ventos. Segundo ele, o Brasil é um dos países com mais potencial para esse tipo de geração. Além disso, é uma energia limpa, sem grande impacto para o ambiente e com preço razoável.

O projeto emergencial do governo, denominado Proeólica, prevê a geração de 1.050 megawatts com

energia eólica até 2003, de acordo com outra expositora, Ivonice Campos, coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia. "Há estudos para sua implantação no Nordeste e no Sul", afirmou.

O diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, Jayme Buarque de Holanda, assinalou que o bagaço da cana, que poderia ser largamente aproveitado como biomassa, é subutilizado no país.

VISITA A USINAS

O presidente da comissão, deputado Antônio Cambraia, informou que a partir de hoje membros da comissão visitarão as usinas hidrelétricas do São Francisco. Eles partem de manhã para Petrolina em um avião da FAB, e entre as usinas a serem visitadas estão previstas Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó.



Souto: fontes alternativas não tiveram desenvolvimento

Mauro critica usina em Ilha Solteira

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou ontem proposta de resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica de utilizar o estoque de água de Ilha Solteira para a geração de energia elétrica. A medida, alertou o senador, resultaria no fechamento do canal de



Obra pode prejudicar hidrovía Tietê-Paraná, alerta Mauro

Pereira Barreto, "com reflexos profundos sobre a existência da hidrovía Tietê-Paraná e a navegação dos rios Grande e Paranaíba".

Baseando-se em estudo elabora-

do pelo consultor Lindolfo Paixão e encaminhado ao seu gabinete pelo grupo Caramuru, Mauro Miranda disse que, frente aos vultosos investimentos para viabilizar a hidrovía Tietê-Paraná, "é incompreensível que se possa sequer aventar a possibilidade de desativação desse sistema". O

parlamentar salientou que o fechamento do canal atingiria também empresas de navegação e atividades agroindustriais ao longo da hidrovía e provocaria danos ao sistema rodo-

viário, "prejudicando significativamente as economias dos estados de Goiás e Mato Grosso".

— Espero que o governo realmente ouça a voz da razão e dê o devido valor às ponderações aqui expostas, optando, nesse caso, pela manutenção da hidrovía, que, além de ser responsável pelo desenvolvimento econômico, leva ao crescimento de arrecadação e à interiorização do progresso. Certamente a hidrovía tem maior significado do que um pequeno acréscimo de geração, que representa muito pouco para a solução da atual crise energética — argumentou.

Hartung pede votação de aumento de desconto no IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu ontem, em Plenário, que a Câmara dos Deputados aprove o projeto de sua autoria corrigindo a tabela de descontos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ele lembrou sua luta pela aprovação da matéria no Senado, retardada pela obstrução empreendida pelas lideranças da base do governo.

O parlamentar pelo Espírito San-

to observou que a tabela não é corrigida há mais de cinco anos. Para ele, trata-se de grande injustiça tributária. Não é necessário ser contador ou economista, comentou, para entender que, com a tabela congelada, os trabalhadores que receberam aumento nominal nos salários passaram a pagar proporcionalmente mais imposto.

Hartung lamentou que o pro-



Projeto de Paulo Hartung aguarda decisão da Câmara

jeto esteja parado na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde Pedro Novais (PMDB-MA) é o relator. Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que o congelamento da tabela do IR é um dos muitos problemas do sistema tributário brasileiro.

CMO cria subcomissão para estudar reajuste de servidores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu na noite de ontem criar uma subcomissão destinada a identificar fontes de recursos para conceder um reajuste para o funcionalismo federal no próximo ano em percentual acima daquele a ser proposto pelo gover-



Proposta foi apresentada pelo senador Romero Jucá

no. O trabalho da subcomissão, integrada por senadores e deputados, será entregue ao futuro relator do Orçamento de 2002, que será remetido pelo Executivo ao Congresso no final deste mês.

A proposta foi apresentada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que lembrou que foi um trabalho desse nível que permitiu ao Congresso encontrar fontes para financiar o aumento do salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 180 em maio deste ano. O senador observou que, para qualquer aumento dos servidores, haverá necessidade de se apontarem as fontes permanentes de financiamento do novo gasto.

Na mesma reunião, a comissão aprovou um pedido de crédito suplementar do governo para destinar R\$ 53,2 milhões às obras de 11 presí-

dios que vêm sendo construídos no interior de São Paulo, os quais receberão os presos do complexo penitenciário do Carandiru, que será desativado.

Foi aprovado ainda um crédito suplementar de R\$ 49 milhões para a Presidência da República, que empregará o di-

nheiro na implantação da Corregedoria Geral da União, criada recentemente, e no pagamento de vários serviços e compra de equipamentos.

Os deputados e senadores da comissão aprovaram ainda relatório sobre investigação de irregularidades na contratação de obras em um dos trechos da duplicação da rodovia Brasília-Goiânia. Os parlamentares concluíram que, depois da interferência do Tribunal de Contas da União, os problemas foram sanados e, com isso, a duplicação voltará a receber verbas federais.

A comissão vai ouvir na quarta-feira da próxima semana, a partir das 14h30, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que fará um relato do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust).

Aprovados nomes de embaixadores para a Estônia e a Dinamarca

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ministro Luiz Henrique Pereira da Fonseca para o cargo de embaixador do Brasil na Estônia, cumulativamente com o cargo que já exerce na Finlândia. Também foi aprovada a indicação da ministra Vera Pedrosa Martins de Almeida para o cargo de embaixadora do Brasil na Dinamarca. As duas mensagens presidenciais serão votadas agora pelo Plenário do Senado Federal.

Durante a reunião, Vera Pedrosa, que fez uma exposição sobre as relações entre o Brasil e a Dinamarca, comentou que os negócios bilaterais se caracterizam pela cordialidade e por ausência de contenciosos, como ocorre com os países da Europa, em geral. A embaixadora indicada manifestou sua intenção de incrementar o relacionamento do Senado brasileiro com o Parlamento dinamarquês.

Vera Pedrosa relatou que a Dinamarca detém um "extraordinário

nível de desenvolvimento econômico", possibilitando à sua população uma renda *per capita* da ordem de US\$ 32 mil. O país tem uma seguridade social muito avançada e um extraordinário nível de descentralização administrativa.

Após sua exposição inicial, Vera Pedrosa foi sabatinada pelos senadores em sessão secreta, como determina a Constituição. Luiz Henrique Pereira da Fonseca, por já ocupar a embaixada na Finlândia, não precisou ser ouvido pelo Senado.

A exposição que o ex-diplomata Jacques Guilbaud faria na CRE sobre as causas de sua demissão do Itamaraty durante o governo militar foi adiada para hoje, às 17h. A Comissão de Relações Exteriores resolveu fazer uma reunião extraordinária para ouvi-lo, uma vez que seu depoimento na tarde de ontem coincidiria com o comparecimento dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Emilia elogia gestão de Olívio Dutra no RS

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) fez balanço positivo da administração Olívio Dutra no Rio Grande do Sul. Ela res-



Emilia Fernandes

saltou que setores como os de educação e saúde estão prestando bom atendimento, os salários dos trabalhadores e dos funcionários públicos foram recuperados e as exportações bateram recorde no primeiro semestre de 2001 — somando US\$ 3,1 bilhões, o que representa aumento de 18,2% em relação ao ano anterior.

Segundo Emilia, o Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro com maior crescimento industrial, no ano passado — 8,8%. O salário mínimo — entre R\$ 230 e R\$ 250 na iniciativa privada — é o maior do país. Em aparte, Carlos Bezerra (PMDB-MT) aplaudiu a política de recuperação salarial dos funcionários promovida pelo governador gaúcho, e Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a greve dos professores em Goiás demonstra a insensibilidade do governador.

Aprovado voto de pesar por Bruno Segalla

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do vereador e ex-deputado estadual do Rio Grande do Sul Bruno Segalla. Na presidência dos trabalhos, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a "louvável justificativa" apresentada por Simon no requerimento.

Homenagem a ex-governador de Sergipe

Foi aprovado ontem requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pela inserção em ata de voto de pesar pela morte de Luiz Garcia, ex-governador de Sergipe e ex-deputado federal por quatro vezes. Serão enviadas condolências à família e ao governo sergipano.

Valadares afirmou que Luiz Garcia deixou sua marca no governo do estado por sua competência, honestidade, capacidade de conciliação e espírito público. Entre outras coisas, ele foi o criador do instituto de aposentadoria dos funcionários, instalou a Faculdade de Medicina de Sergipe e criou a empresa estadual de saneamento básico. Bernardo Cabral (PFL-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE) se associaram às homenagens ao ex-governador.

Cabral lamenta campanha de difamação contra o Senado

Mesa deve tomar providências políticas ou jurídicas "para que não se enlameie dessa forma o Congresso", afirma senador

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu ontem providências à Mesa para que encontre meios de acabar com a campanha de difamação contra o Senado, que vem atingindo, sem distinção, a todos os senadores. Ele afirmou que o povo



Cabral: "Povo precisa aprender a distinguir os parlamentares bons"

brasileiro "precisa aprender a amar o Parlamento, a distinguir os parlamentares bons e a punir, nas eleições, os que são maus".

— Tenho a convicção de que a Mesa dará uma resposta ao povo. Se não der a resposta política, que dê a resposta jurídica, pois os tribunais precisam ser convocados

para que não se enlameie dessa forma o Congresso e, em particular, o Senado.

Bernardo Cabral lamentou que, pelas notícias veiculadas pela imprensa, o Senado pareça ser "uma Casa cuja vidraça precisasse ser estilhaçada a toda hora". Acrescentou que a honra, a

dignidade e a postura dos senadores "está toda ela nivelada ao que há de pior".

— Há colegas, inclusive, que não mais se identificam como senador, pela frase que corre por aí: que esta é uma Casa que os palhaços não querem com ela ser sequer assemelhados, pois aqui se cometem

os piores crimes e todos os senadores, salvo exceções honrosas, são colocados no mesmo plano.

Cabral externou o orgulho de ser senador e disse que não podia permitir que o Parlamento, "a caixa de ressonância do povo, onde vem desaguar todos os clamores populares", fosse enovilhado. Ele manifestou a sua expectativa de que a Mesa tome providências, advertindo que as coisas estão tomando tal vulto que acabarão levando todos "à vala comum".

O senador ressaltou que o Parlamento deve ser amado pelo povo, lembrando que Congresso fechado é sinônimo de ditadura. Acrescentou que foi cassado pelo AI-5, perdeu dez anos de direitos políticos e a cadeira de professor "não para ver o Parlamento abastardado".

Hartung pede proteção para conselheiro da OAB

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu ao ministro da Justiça, José Gregori, proteção para o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Espírito Santo (OAB-ES), Gustavo Varela. O conselheiro, que tem recebido ameaças de morte, foi o relator da representação que o prefeito de Cachoeiro do Itapemirim, Teodorico Ferraço, apresentou contra o governador do estado, José Ignácio Ferreira. A representação acabou por originar investigação judicial e comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa capixaba.

Em ofício enviado ontem ao ministro, o senador resume reportagem publicada no jornal *A Gazeta* narrando as ameaças. Para Hartung, "trata-se de uma tentativa de intimidar e fazer calar vozes que começam a desestabilizar a corrupção, o desmando e o crime organizado no estado".

A reportagem foi lida em Plenário pelo parlamentar. Nela, o presidente da OAB-ES, Agesandro da Costa Pereira, afirma que "as ameaças têm como objetivo impedir que a OAB continue com sua atividade institucional no Espírito Santo". O advogado informa que

as ameaças foram feitas à integrante do Tribunal de Ética da entidade, Elisângela Leite Melo, e ao procurador-chefe da República no estado, Henrique Herkenhoff, amigo de Varela.

Segundo o jornal, Agesandro informou que os processos sob a responsabilidade de Varela na OAB-ES "são desdobramentos desse processo inicial, que podem atingir pessoas que estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal". Ele disse ainda que as informações enviadas à OAB pelo Ministério Público e pela CPI contêm implicações contra advogados militantes no estado.

Maldaner destaca atuação da Ordem dos Advogados

O relevante papel que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vem desempenhando no país ao longo de seus 70 anos de existência foi destacado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao comentar a passagem do Dia do Advogado, transcorrido em 11 de agosto. Em discurso pronunciado ontem em Plenário,



Maldaner diz que OAB serve de paradigma para a sociedade

Maldaner afirmou que a OAB tem servido de paradigma para a sociedade brasileira, colocando-se fora do jogo partidário mas absolutamente engajada no aprimoramento da ordem jurídica e das instituições, atuando no sentido de buscar a ampliação dos direitos

sociais dos brasileiros. — Na verdade, não se pode apon-

tar uma única circunstância em que os interesses do Brasil estejam sendo prejudicados sem que a OAB faça ouvir seu protesto.

Maldaner lembrou que as origens da OAB situam-se no ano de 1843, quando foi fundado o Instituto dos Advogados do Brasil. A organização, como existe hoje, surgiu em 1930, e já nasceu assumindo posição crítica em relação ao governo do presidente Getúlio Vargas, especialmente após o advento do Estado Novo.

Posição igualmente crítica foi adotada pelo OAB em relação aos desmandos do regime militar após 1964, segundo Maldaner.



Álvaro Dias afirma ter recebido inúmeras manifestações de solidariedade

Álvaro divulga sua defesa contra expulsão do PSDB

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) leu, em Plenário, a defesa que apresentou à Executiva do PSDB em resposta à notificação partidária que o expulsou dos quadros do partido, por ter assinado o pedido de instalação da CPI da Corrupção. "Pelo estatuto do partido, para fechar questão sobre um assunto, é preciso haver convocação das bancadas federais do PSDB e aprovação por maioria dos votos. Nada disso aconteceu", disse.

Álvaro Dias explicou, ainda, que a decisão de fechar questão proibindo que os parlamentares do partido assinassem o pedido de instalação da CPI foi tomada em reunião da Executiva do PSDB, no dia 12 de junho, depois que ele e Osmar Dias (sem partido-PR) já haviam firmado o documento. "É inadmissível imaginar que a Executiva, de maneira retroativa, possa exigir a retirada das assinaturas. Seria atingir nossa dignidade pessoal e parlamentar."

O senador pelo Paraná citou pesquisas do Ibope, feitas junto ao eleitorado paranaense, em que 70% dos entrevistados apoiaram a atitude dos dois senadores. "Fica, então, patente que o PSDB não está em sintonia com a população. Considero a atitude da Executiva como uma demonstração inusitada de prepotência partidária", afirmou.

Álvaro Dias declarou ter recebido inúmeras mensagens de solidariedade e fez questão de ler a de Lídia Covas, irmã de Mário Covas, em que ela classifica de "antidemocrática a decisão do PSDB de expulsar dois senadores".

O senador afirmou que sua defesa, dirigida a todos os membros do PSDB, pede o arquivamento da decisão de expulsão. "No mínimo, precisam reconhecer meu direito à ampla defesa e opinar sobre o assunto somente depois de terem tomado conhecimento do contraditório", concluiu.

Prazo de concessão de rádio comunitária pode ser ampliado

Comissão de Educação aprovou, em caráter terminativo, projeto de Gilvam Borges que prevê período igual ao das emissoras comerciais

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) estendendo de três para dez anos o período de concessão para o serviço de radiodifusão comunitária, com direito de renovação por igual período, conforme emenda do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES). A proposta altera a Lei nº 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. A matéria segue para a Câmara se não houver recurso de um décimo dos senadores para que passe pelo Plenário do Senado.

Na justificativa de sua proposta, Gilvam Borges argumenta que o prazo de concessão de três anos é exíguo, o que pode transformar as rádios comunitárias em reféns do governo quando da sua renovação, especialmente se outorgada por gestões anteriores. Na sua avaliação, o ato de renovação dessas rádios pode transformar a outorga "em moeda de troca, mordaca ou, no mínimo, em mecanismo de patru-



Projeto aprovado na Comissão de Educação seguirá diretamente para a Câmara, a menos que haja recurso para apreciação pelo Plenário do Senado

lhamento ideológico" da comunidade beneficiada.

"Não se pode permitir tal fragilidade a um projeto de concepção tão iluminada e de tão nobre alcance social," argumenta Gilvam, acrescentando que a proposta equipara as rádios comunitárias às emissoras comerciais no que diz respeito ao prazo de validade da outorga.

Durante a discussão da maté-

ria, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que votaria a favor do parecer, mas chamou a atenção dos senadores para o risco da formação de monopólios no setor. Os proprietários de rádios comerciais, segundo ela, estariam se habilitando a concessões de rádios comunitárias, conforme denúncias enviadas pelas comunidades.

Comissão dá parecer favorável a 29 emissoras

A Comissão de Educação aprovou ontem 29 projetos de decreto legislativo que outorgam concessão de funcionamento para as seguintes rádios: Fundação Cultural Santa Bárbara, em Cachoeiro do Itapemirim (ES); Associação de Comunicação Comunitária, Educativa, Cultural Constantina, em Constantina (RS); Rádio Independência do Paraná, em Curitiba (PR); Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho, em Jataizinho (PR); Rádio Difusora de Taubaté, em Pindamonhangaba (SP).

Também foram beneficiadas a Associação Comunitária Padre Maximino, em Itatiba (SP); Associação Comunitária da Comunidade de S. José, em Juazeirinho (PB); VL Radiodifusão, em Itaituba (PA); Associação Metropolitana, Cultural e Artística D. Aloísio Roque Opperman, em Uberaba (MG); Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí (MG); Rádio Itatiaia, em Nova Lima (MG); Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde (SP); Asso-

ciação Movimento Comunitário, Rádio Pérola, em Conchas (SP); Associação Comunitária, Ecológica do Rio Camboriú (SC); Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado, em Irani (SC); Fundação de Serviços de Radiodifusão

Senado aprova quatro novas autorizações

O Senado aprovou ontem quatro decretos legislativos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras: Associação de Rádio Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pró-Guaramirim, de Guaramirim (SC); Associação Itaquerê de Comunicação Comunitária, de Nova Europa (SP); Associação e Movimento Comunitário Cultural, de Iracemápolis (SP); e Fundação Álvaro Cordeiro, de Coração de Jesus (MG). Os decretos agora irão à promulgação.

são Educativa Shalom, em Rondonópolis (MT); Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Elias Fausto, em Elias Fausto (SP); Fundação Cultural, Educacional de Rádio, em Ceará-Mirim (RN); Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do Rio Santa Rosa, em Araisões (MA); Associação dos Moradores do Aracruzama, em Barreiras (BA); Associação Rádio Comunitária Madre FM, em Madre de Deus (BA); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo (PA); Fundação Cultural Pássaro Grande, em Uruaçu (GO); Associação Comunitária Dom Oscar Romero, em Santa Luzia (MA); Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto (MA); Fundação Cultural e Comunitária José Gerônimo de Araújo, em Urbano Santos (MA); Fundação Sítio do Vale, em Nova Russas (CE); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense, em São José de Ribamar (MA); e Fundação Semeador, em Macapá (AP).

Dia Nacional do Cientista Social lembrará Florestan Fernandes

Com parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC), a Comissão de Educação aprovou ontem projeto que institui o Dia Nacional do Cientista Social, a ser comemorado anualmente a 22 de julho, dia do nascimento do professor Florestan Fernandes, falecido em 1995. Ao justificar a escolha da data, o autor do projeto, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disse que poucos intelectuais brasileiros marcaram com tanto vigor o século 20.

Ao apresentar seu relatório, Marina Silva lembrou que a Sociologia surgiu como fruto da Revolução Industrial, sendo conhecida como ciência da crise, porque decorrente da crise que se espalhou por toda a Europa por força da automação e da conseqüente onda de desempre-

go, constituindo-se uma forma de conhecer e pensar cientificamente a natureza e a sociedade.

A CE também aprovou projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relatado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. O relator argumentou que Caxias, "graças à sua sensibilidade política e humana, pôde dedicar a vida à manutenção da soberania do território brasileiro e à consolidação da paz e da união nacional".

Os dois projetos foram aprovados em caráter terminativo e só serão apreciados pelo Plenário se houver solicitação de pelo menos um décimo dos senadores.

Maguito registra aprovação de homenagem ao Duque de Caxias

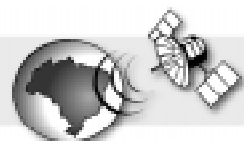
O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou em Plenário, ontem, a aprovação pela Comissão de Educação de projeto de sua autoria que inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. Com isso, informou, o nome do Duque de Caxias estará depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado em Brasília.

O senador explicou que no Livro dos Heróis da Pátria constam nomes de grandes vultos da história nacional, tais como Tiradentes,

d. Pedro I e Zumbi dos Palmares, entre outros. Faltava, no entanto, o nome do Duque de Caxias, marechal e ex-senador que comandou as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai e foi saudado como o patrono do Exército brasileiro.

— Talvez seja Luís Alves de Lima e Silva um dos poucos brasileiros que carregam em sua trajetória a envergadura de um verdadeiro herói, em todas as suas nuances: coragem, arrojo, determinação e um amor inquestionável à pátria brasileira — salientou Maguito Vilela.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania* — Os professores Lucília Garcez e Francisco Balthar Peixoto falam sobre a língua portuguesa e do ato de escrever
7h30 — *Entrevista* — O sen. Juvêncio da Fonseca fala sobre a violência na TV
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Andropausa
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública para discutir a Lei das S.A. com os deputados Antônio Kandir e Emerson Kapaz (ao vivo)
14h — *Entrevista* — O sen. Juvêncio da Fonseca fala sobre a violência na TV
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Jorge Bornhausen fala sobre o Código de Defesa do Contribuinte

19h — *As Cores do Brasil* — Apinayé
19h30 — *Cidadania* — Os professores Lucília Garcez e Francisco Balthar Peixoto falam sobre a língua portuguesa e do ato de escrever
20h30 — *Entrevista* — O sen. Juvêncio da Fonseca fala sobre a violência na TV
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para Antonio Carlos Júnior, imunidade não deve proteger senador que praticou algum crime

Impunidade deve acabar, diz Antonio Carlos

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) afirmou ontem, em Plenário, ser "inconcebível que delitos criminalmente tipificados, somente porque ocorreram em períodos anteriores ao mandato parlamentar de seus autores, sejam relevados" e que "esses autores sejam protegidos pelo manto da imunidade parlamentar e pela benevolência" dos membros do Senado.

Para Antonio Carlos Júnior, o Senado "vem desenvolvendo um significado muito peculiar de ética e decoro, em que o agravo da conduta de um de seus membros, passível inclusive de cassação, situa-se em mentir a seus pares".

O senador citou o artigo "A Ética Corporativista do Senado", escrito pelo professor de filosofia política da USP Renato Janine Ribeiro e publicado segunda-feira no *Jornal do Brasil*. No texto, o professor afirma que "o decoro parlamentar é questão de ética, mais que de crime". A ética, diz Renato Janine, é mais exigente que a lei penal. "Muitos atos ou atitudes que a lei tolera são inadmissíveis no plano moral. Então, como pode o decoro parlamentar (...) ser mais complacente que a própria lei criminal? Vários parlamentares não são sequer julgados por atos tipificados no Código Penal", afirma Renato Janine.

Segundo Antonio Carlos Júnior, o Senado tem se colocado de forma "absolutamente diversa" de todos os demais segmentos da sociedade brasileira. Ele recordou que inúmeros membros de outras casas legislativas foram punidos por crimes anteriores a seus mandatos.

O senador pediu a transcrição do artigo nos Anais do Senado e conclamou os demais senadores a não persistirem no erro. "Não podemos tergiversar", concluiu.

Comissão vai ouvir Francisco Gros sobre irregularidades no Banpará

Segundo Romeu Tuma e Jefferson Péres, o ex-presidente do Banco Central deve falar sobre a acusação de que o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, teria participação no caso

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) decidiram ouvir o ex-presidente do Banco Central Francisco Gros sobre o parecer da instituição que isentou o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), de irregularidades cometidas no Banco do Estado do Pará (Banpará) quando o parlamentar exerceu o primeiro mandato como governador, entre 1984 e 1987.

Integrantes da comissão especial criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para investigar as denúncias contra Jader — o terceiro componente é o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que não participou da reunião realizada na tarde de ontem —, Romeu Tuma e Jefferson Péres decidiram ouvir também o procurador do Banco Central José Coêlho Ferreira. Ele foi o autor do parecer isentando Jader de responsabilidade no caso.

Indicado para ocupar uma vaga de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Ferreira deverá ser sabatinado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), no entanto, deverá apresentar requerimento pedindo o adiamento da reunião.

O senador argumenta que o parecer de Ferreira está em oposição à nota técnica divulgada pela 5ª Câmara do Patrimônio Público.



Romeu Tuma e Jefferson Péres decidiram também ouvir o procurador do Banco Central José Coêlho Ferreira

— Se ele está errado, não pode ser promovido para o STM porque foi, no mínimo, incompetente naquele episódio. Sem querer fazer juízo de valor, acho que o Senado tem de adiar a sabatina.

RENDA

Tuma e Jefferson informaram também que o conselho terá acesso às declarações de renda de Jader dos últimos sete anos, entregues pelo senador à Secretaria-Geral da Mesa. A Advocacia-Geral do Senado deu parecer favorável à entrega dos documentos.

Os papéis serão remetidos ao presidente do conselho, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e examinados pelos integrantes da comissão.

Aproveitando a presença, ontem, do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no Senado, Tuma e Jefferson solicitaram mais rapidez no envio da documentação referente às movimentações bancárias de Jader Barbalho no período em que foram constatadas irregularidades no Banpará. Fraga comprometeu-se a entregar

o material em 48 horas. De posse dos documentos, Jefferson Péres espera concluir as investigações dentro de duas semanas, caso não haja necessidade de realizar novas diligências.

Jefferson Péres disse estar tranquilo em relação à notícia, veiculada pelo *Jornal do Brasil*, de que ele teria sido processado judicialmente por apropriação indevida de impostos, quando dirigia a Cia. Siderúrgica da Amazônia, na década de 70. O parlamentar afirmou que sua vida "é imaculada".

CCJ vota indicação para tribunal militar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje mensagem do presidente da República indicando o nome do advogado e procurador-geral do Banco Central José Coêlho Ferreira para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria de Aldo da Silva Fagundes. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), é favorável à aprovação da indicação.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) é contra a indicação de José Coêlho Ferreira para o tribunal. Na última segunda-feira, Requião ocupou a tribuna

do Senado para criticar a escolha presidencial. Segundo disse, Ferreira assinou pareceres do Banco Central inocentando o senador Jader Barbalho no caso dos desvios de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará), "além de ter ajudado o governo no caso dos bancos Marka e FonteCindam". José Coêlho Ferreira, 51 anos, é formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e exerce o cargo de procurador-geral do Banco Central desde 1995. Ele já foi membro de delegações brasileiras encarregadas de renegociar diversos contratos no âmbito do Clube de Paris e, entre os vários

cargos que assumiu, foi assistente jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público (o extinto Dasp) em 1976.



Roberto Requião é contra a indicação de José Coêlho Ferreira para o cargo de ministro

Jader só será ouvido após laudo sobre fita

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) informou que a comissão encarregada de investigar as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, aguarda as conclusões do laudo que está sendo preparado pelo perito Carlos Molina nas fitas que conteriam conversas que poderiam incriminar o parlamentar paraense em caso de intermediação de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O relatório deverá ser entregue em uma semana. Somente a partir de então, esclareceu Jefferson, a comissão ouvirá Jader.

Rocha: MP sobre planos de saúde é "retrocesso"

Senador anuncia que apresentará requerimento convocando o ministro José Serra a explicar as mudanças, e destaca o protesto dos Procons de vários estados contra a proibição de o usuário escolher médicos e hospitais

Ex-relator do projeto de lei que regulamentou os planos de saúde no país, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que a Medida Provisória nº 2.177-43, que mudou recentemente os planos de saúde, "é um retrocesso" e foi baixada pelo governo sem que fossem ouvidos os consumidores, principais interessados no assunto.

Rocha disse que apresentará requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convocando o ministro da Saúde, José Serra, e o presidente da Agência Nacional de Saúde, Januário Montoni, para explicarem as mudanças feitas pela medida provisória. Lembrando que o ministro chegou a dizer que não tem nada a ver com a nova MP, Rocha observou que isso não exime José Serra de explicações, pois ele foi o autor da regulamentação em vigor.

— Há uma articulação para que a Medida Provisória nº 2.177-43



Sebastião Rocha defende amplo debate no Congresso antes que a medida provisória seja votada

seja votada com urgência pelo Congresso nos próximos dias. É uma extravagância se as lideranças governistas concordarem, pois estarão votando sem qualquer debate assunto da maior importância para os consumidores. É preciso rever a estratégia dessa votação, permitindo amplo debate no Congresso —

observou Sebastião Rocha.

O senador destacou o protesto dos Procons de vários estados contra as mudanças, principalmente por proibirem que o usuário possa escolher os prestadores de serviço de saúde (médicos, laboratórios e hospitais), mesmo dentro da rede credenciada pelo plano. Outro item polêmico, conforme Rocha, é o que prevê a criação de médicos "porteiros" (que farão triagem), impedindo que o consumidor tenha acesso direto ao atendimento, ou seja, exigindo que o paciente procure primeiro um clínico geral.

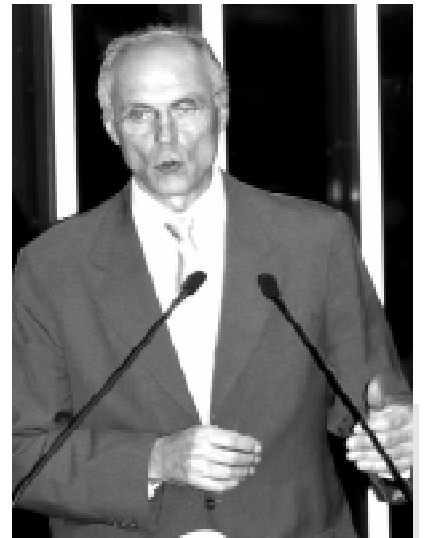
Sebastião Rocha citou ainda o protesto contra a MP, feito por entidades representativas de consumidores, usuários, advogados e médicos, na última segunda-feira. As entidades afirmaram que a alteração levará a uma fragmentação da assistência à saúde, legalizando exclusões e restrições ainda maiores de cobertura.

Suplicy defende petistas no caso do Bolsa-Escola

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu ontem declarações do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e do secretário nacional do Programa Bolsa-Escola, Floriano Pesaro, segundo os quais as prefeituras petistas estariam "fazendo corpo mole" para aderir ao programa. Para o senador, o problema todo está na recusa do secretário em colocar, ao lado da logomarca federal do programa, a das prefeituras. Conforme Floriano Pesaro, informou Suplicy, não seria viável mudar a logomarca.

De acordo com o senador, não há problema técnico e sim má vontade política, já que o governo quer se apresentar como o único responsável pelo projeto de complementação de renda para famílias pobres com crianças na escola. Ele assinalou que deve ficar claro para a população que a responsabilidade sobre o Programa Bolsa-Escola é conjunta, da União e do município.

Suplicy lembrou que um dos primeiros atos da prefeita Marta Supli-



Segundo Suplicy, governo federal quer se apresentar como único responsável pelo programa

cy foi pedir apoio ao ministro Paulo Renato para a implantação de programa de garantia de renda mínima em São Paulo, sob o patrocínio da União, do estado e do município. Suplicy defendeu entrosamento entre as três instâncias federativas, para evitar programas com raio de ação na mesma localidade e famílias recebendo benefícios de diferentes programas.

Senador aplaude trabalho da Fundação Gol de Letra

A Fundação Gol de Letra, idealizada pelos jogadores Raí e Leonardo, na Vila Albertina, Zona Norte de São Paulo, recebeu os cumprimentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pelo trabalho realizado em seus dois anos de existência. Suplicy explicou que, com a entidade, os jogadores desenvolvem atividades lúdicas e esportivas numa região que apresenta altos índices de criminalidade e em que a população vive em condições extremamente precárias.

O senador salientou que o prédio da Gol de Letra, cedido pelo governador Mário Covas, era uma escola depredada e abandonada pelos responsáveis, que não se sentiam seguros no local. Hoje a

escola é um centro de formação que abriga 300 crianças de até 14 anos, que se dedicam a múltiplas atividades ao longo das quatro horas diárias de funcionamento da instituição. Entre elas, Suplicy ressaltou os programas Virando o Jogo — de complementação escolar por meio de leitura e escrita, arte, esporte, inglês, informática e recreação —, o Formação de Agentes Comunitários e o Biblioteca Comunitária.

Suplicy disse que pôde observar, ao caminhar pelas vielas do bairro, como a população está satisfeita com o trabalho da fundação. Ele avaliou que é importante que o poder público também dê apoio a esse tipo de iniciativa, como faz a prefeitura de São Paulo.



Sebastião Rocha participa de encontro com membros de conselhos de Medicina e do Conselho Nacional de Saúde

Simpósio vai debater legislação sobre seguros

O senador Sebastião Rocha esteve reunido ontem com membros do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Regional de Medicina de São Paulo e do Conselho Nacional de Saúde. O motivo do encontro, do qual participou o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), foi a realização do Simpósio Regulamentação dos Planos de Saúde, que acontecerá nos dias 28 e 29 deste mês.

Outro assunto debatido na reunião foi a medida provisória, editada no último dia 27, que altera a legislação vigente sobre seguros de saúde suplementar. Para Sebastião Rocha, a MP representa retrocesso, uma vez que cria subtipos de planos, atendimento por região e obrigatoriedade de consulta com um clínico geral, antes do início de qualquer tratamento.

Patrocínio elogia o Programa Bolsa-Alimentação

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a decisão do governo de custear o Programa Bolsa-Alimentação, que será executado nos próximos meses pelo Ministério da Saúde, com parte da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O programa, explicou, concederá bolsa mensal de R\$ 15 a grávidas, nutrízes e crianças de até seis anos classificadas como carentes e em risco de desnutrição.

Patrocínio disse que a bolsa-alimentação terá vigência de seis meses, prorrogável por igual período na hipótese de o beneficiário continuar carente e comprovar obrigações, tais como comparecimento a consultas pré-natal, amamentação, controle de peso e vacinação regular da criança.

Com o programa, disse o senador, o governo pretende combater as carências nutricionais de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, entre gestantes, crianças e mulheres que amamentam.